



Legislativo

CURSO PRESENCIAL

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL -

Como transformar
sua câmara em um
legislativo moderno,
eficiente e digital.

11 a 14 de Agosto/ 2026

Foz do Iguaçu /PR

**Evento Presencial*

Flávio Cestari



Objetivo

O presente curso tem como escopo principal a capacitação e a atualização técnica de presidentes de câmara, vereadores, procuradores, assessores parlamentares e demais servidores vinculados ao Poder Legislativo Municipal. Diante da complexidade crescente das demandas sociais e da necessidade de respostas ágeis e fundamentadas, a formação contínua apresenta-se como um pilar indispensável para o fortalecimento das instituições democráticas e para o aprimoramento da gestão pública no âmbito local. Busca-se, primeiramente, estabelecer um panorama rigoroso sobre a atuação jurídica no interior das Câmaras Municipais. O aprimoramento da compreensão acerca dos limites e das prerrogativas das Procuradorias Legislativas visa garantir a segurança jurídica dos atos praticados, diferenciando claramente a defesa institucional do órgão das demandas de caráter pessoal, além de reforçar o controle preventivo de constitucionalidade e a assessoria eficiente em procedimentos licitatórios. Adicionalmente, o programa objetiva elucidar as responsabilidades e a dinâmica de funcionamento da Mesa Diretora. Compreender a extensão da responsabilidade solidária em decisões político-administrativas, bem como os limites constitucionais para a nomeação de cargos de assessoramento, é fundamental para assegurar que a condução da Casa Legislativa ocorra em estrita observância aos princípios da moralidade, da impessoalidade e da legalidade. Outro propósito central da capacitação consiste no refinamento da técnica legislativa e da redação oficial. Pretende-se capacitar os participantes para a elaboração de textos normativos claros, precisos e padronizados, incorporando, de maneira inovadora, o uso de ferramentas de Inteligência Artificial e modelos de linguagem para a otimização do fluxo de trabalho, auxiliando na revisão de minutas e na fundamentação de estudos técnicos aplicados à administração. Em consonância com as demandas por modernização, o curso também se propõe a explorar a integração tecnológica no ambiente parlamentar, com especial atenção às soluções do Programa Interlegis e (Prolegis). A finalidade é impulsionar a transição para a Câmara Municipal Digital por meio do processo sem papel, ao mesmo tempo em que se reforçam os mecanismos de transparência ativa, as tecnologias de participação popular e a adequação rigorosa do fluxo documental aos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Além disso, almeja-se aprofundar o domínio estrutural sobre o Processo Legislativo Municipal e a aplicação estrita do Regimento Interno. O objetivo é assegurar que a tramitação eletrônica das proposições, a observância dos quóruns de deliberação, a apreciação de vetos do Executivo e a aplicação de regimes de urgência sejam conduzidos de forma esmerada, minimizando riscos de judicialização e garantindo a plena eficácia técnica das deliberações ocorridas em plenário. Por fim, a iniciativa visa instrumentalizar o corpo técnico e administrativo para a esmerada aplicação da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) na realidade e na estrutura específica do Poder Legislativo. Pretende-se fornecer diretrizes precisas sobre a regulamentação interna, o papel do agente de contratação, as hipóteses de dispensa para evitar o fracionamento irregular e a gestão de contratos administrativos, promovendo, assim, maior eficiência e lisura nas aquisições inerentes ao funcionamento da Câmara.

Público-alvo

Na esfera pública, Presidente de Câmara, vereadores, Controle interno, procuradores, assessores parlamentares e legislativos, contadores, fiscais e gestores de contratos públicos, e demais servidores públicos e equiparados da Administração Direta e Indireta, que estejam atuando no objeto do curso, bem como, os agentes políticos municipais, principalmente de câmaras de vereadores.

Local



Foz do Iguaçu - PR

Carga horária:



18hs

Horários



11/08/2026 - 14h às 17h

12/08/2026 - 8h30 às 12h | 14h00 às 17h

13/08/2026 - 8h30 às 12h | 14h00 às 17h

14/08/2026 - 9h às 11h

Conteúdo Programático

Módulo 1: O Papel das Procuradorias na Câmara Municipal

- 1.1 Distinção prática entre as funções consultiva e contenciosa da Procuradoria no dia a dia da Câmara.
- 1.2 Limites de atuação: a linha divisória entre a defesa institucional do órgão e a defesa pessoal de vereadores.
- 1.3 O controle de constitucionalidade preventivo no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).
- 1.4 A atuação obrigatória da Procuradoria nas fases de licitações e contratos do Legislativo.

Módulo 2: Mesa Diretora e Assessoramento

- 2.1 Composição, processo de eleição, competências e destituição da Mesa Diretora.
- 2.2 A responsabilidade solidária da Mesa Diretora nas decisões político-administrativas e o controle dos atos.
- 2.3 Limites constitucionais e vedações na nomeação de assessores (análise aprofundada da Súmula Vinculante 13 sobre nepotismo e seus reflexos no Legislativo).
- 2.4 Responsabilidade da Mesa diretora na implementação do ProLegis.

Módulo 3: Técnicas de Redação Legislativa, Oficial e Inovação

- 3.1 Princípios norteadores da redação oficial: clareza, concisão, formalidade e impessoalidade na construção normativa.
- 3.2 Aplicação prática da Lei Complementar nº 95/1998 e as regras de consolidação normativa (com apontamentos sobre como estruturar textos padronizados dentro do ambiente do Prolegis/SAPL).
- 3.3 A aplicação de Inteligência Artificial e Large Language Models (LLMs) para otimizar o fluxo de trabalho, auxiliando na revisão de minutas, redação de documentos legislativos e na fundamentação de estudos técnicos da administração pública.

Módulo 4: Explorando a Tecnologia e Inovação no Poder Legislativo

- 4.1 O conceito e a implementação da Câmara Municipal Digital e o processo sem papel, utilizando o Prolegis como espinha dorsal da modernização.
- 4.2 Uso de ferramentas de Inteligência Artificial para otimizar rotinas burocráticas e pesquisa legislativa.
 - I.A. nas contratações
 - I.A. na rotina do vereador e assessoria – requerimentos e indicações eficientes
 - I.A. Para Projetos de Lei: Prompts para evitar leis genéricas e ineficientes
- 4.3 Tecnologias de transparência: integração de painéis eletrônicos, votação remota e transmissões de sessões ao vivo (Conforme exigência do ProLegis)
- 4.4 Ferramentas digitais de participação popular (e-democracia) e a captação de demandas da sociedade civil.
- 4.5 Segurança da informação institucional e a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no fluxo documental do Legislativo.

Módulo 5: Processo Legislativo e o Regimento Interno na ótica do ProLegis

- 5.1 Hierarquia das normas: compreendendo a relação da Constituição com a Lei Orgânica e o Regimento Interno.
- 5.2 As fases essenciais do Processo Legislativo Municipal: iniciativa, discussão, deliberação e sanção/veto.
- 5.3 Quóruns de deliberação: entendendo na prática a maioria simples, absoluta e qualificada.
- 5.4 A tramitação do veto do Poder Executivo, prazos fatais e os trâmites para sua apreciação em plenário.
- 5.5 Regime de urgência especial e os ritos de tramitação acelerada nas Casas de Leis.

Módulo 6: A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e a Fiscalização e Atuação nas Câmaras Municipais

- 6.1 Visão geral da Lei 14.133/2021 e a possibilidade de regulamentação interna.
 - 6.2 O papel do Agente de Contratação, da Equipe de Apoio e da Comissão de Contratação na estrutura reduzida das Câmaras.
 - 6.3 Dispensa de licitação em razão do valor (Art. 75) e como evitar o fracionamento irregular de despesas no planejamento anual.
 - 6.4 A fiscalização e gestão de contratos administrativos pelo corpo técnico (servidores efetivos) do Legislativo e a segregação de funções.
 - 6.5 Fiscalização das Contratações do Executivo:
- *Modalidades comuns de contratação*
 - *Fases do Processo de Contratação*
 - *Os principais pontos de atenção nas fiscalizações*
 - *Como a fiscalização pode coibir erros e ajudar a administração.*



Ministrante

Flávio Cestari

Formado em direito pela Universidade Estadual de Londrina, e Pós Graduado em Direito Eleitoral (Gran Centro Universitário) e Direito Digital (Faculdade Legale), foi Diretor Jurídico da Associação Comercial, Empresarial e Agrícola de Astorga (2010-2017), ocupou cargo de Secretário de Administração e Procurador Jurídico Municipal, advogado concursado do CINDEPAR (Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná) atuando no setor de licitação, e advogado associado da Ito e Costa Advogados Associados.

Inscrição

As inscrições devem ser realizadas através do site: www.unicursoscuitiba.com.br ou pelo telefone (41) 3018-1802, ou pelo whats (41) 99950-5578.

Valor: 2.590,00 *por participante*

Incluido no valor:

- Apostilas
- Coffee break
- Certificados de participação.

Pagamento

O pagamento deve ser realizado através de depósito bancário em nome de **UNICURSOS**

Informações bancárias

Banco do Brasil –
Agência 1433-8
Conta Corrente 54.542-2.

PIX

CNPJ
19.949.769/0001-89

*Após efetuar o depósito favor enviar o comprovante pelo e-mail:
unicursoscapitacao@outlook.com favor colocar o nome do(s) participante(s) em anexo.*

ATENÇÃO: “O certificado de realização do curso será emitido somente para os alunos que participaram de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de horas/aula”.